



VOL. 5 | N. 10 | JUL/DEZ DE 2019 | ISSN 2359-4489

CATOLICISMO, PODER E SOCIEDADE



FACES DE CLIO

Orientando o voto católico sul-rio-grandense

A LEC (Liga Eleitoral Católica) e a propaganda político-partidária veiculada na imprensa escrita em 1950

Marcos Jovino Asturian

[Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus Erechim, (2006), onde também é especialista em História da América Latina (2008)). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF, 2011) e doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – PROSUC/CAPES, 2019). Atualmente é professor de história do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS. E-mail: mjasturian@hotmail.com]

Resumo: Com o advento da democratização de 1945 – apesar das limitações – é possível reconhecer a construção de uma experiência democrática por meio da consolidação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e da ampliação do eleitorado. Nas eleições de 1950, para o governo estadual sul-rio-grandense, o anticomunismo católico permeou o processo eleitoral. Neste trabalho, na perspectiva da história política, tem-se como objetivo compreender a influência da Igreja Católica por meio dos ditames apregoados pela Liga Eleitoral Católica (LEC) na propaganda político-partidária do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) veiculada nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Palavras-Chave: Liga Eleitoral Católica; Partido Social Democrático; Partido Trabalhista Brasileiro.

Orienting the sul-rio-grandense catholic vote

The LEC (Catholic Electoral League) and the party-political advertising conveyed in the written press in 1950

Abstract: With the advent of the democratization of 1945 – despite de limitations – it is possible to recognize the construction of a democratic experience by means of consolidation of political parties, the improvement of electoral mechanisms and the expansion of the

electorate. In the 1950 elections for the sul-rio-grandense state government, the catholic anticommunism permeated the electoral process. In this work, from the perspective of political history, we aims to understand the influence of Catholic Church through the dictates promoted by the Catholic Electoral League (LEC) in the party-political advertising of Partido Social Democrático (PSD) and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) conveyed in the *Correio do Povo* and *Diário de Notícias* newspapers.

Keywords: Catholic Electoral League; Partido Social Democrático; Partido Trabalhista Brasileiro.

O presente estudo trabalha com as narrativas produzidas pelos partidos e reproduzidas nos jornais¹ *Correio do Povo*² e *Diário de Notícias*,³ isto é, preocupa-se com a produção e divulgação de ideias-força, sendo assim, não contemplando a questão da recepção. Ademais, a pesquisa não pretende analisar o campo jornalístico.⁴ Parte-se do entendimento que a disputa eleitoral de 1950 está inserida no período denominado “República Democrática”. Em outras palavras, trata-se do processo de consolidação de uma democracia representativa: a organização de partidos políticos nacionais, com programas e perfis ideológicos definidos; as

¹ Sobre a utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica, ver: LUCA, Tania Regina De. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153; MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 53-74.

² Sobre o jornal *Correio do Povo*, ver: GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995; RÜDIGER, Francisco Ricardo. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo: dos anos 1930 à atualidade. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4, p. 355-398; NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2009.

³ “O jornal *Diário de Notícias* (1925-1979) era o segundo maior jornal no Rio Grande do Sul, rivalizando com o *Correio do Povo*. Mesmo dotado de menor prestígio social e tendo pequena circulação no interior. A sua forma de apresentação, por meio de uma paginação mais inovadora e linguagem menos convencional, tornou-o o jornal dos segmentos urbanos”. RÜDIGER, Francisco Ricardo. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo: dos anos 1930 à atualidade. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4, p. 355-398. Sobre o jornal *Diário de Notícias*, ver: MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; CARNEIRO, Glauco. *Brasil primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999; DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005; OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008.

⁴ Sobre o “campo jornalístico” na perspectiva de campo de produção ideológica e sua dinâmica conflitiva entre os diferentes campos de produção simbólica, ver: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 19-32.

práticas de mobilização eleitoral – os partidos como sendo os principais agentes – no campo e na cidade; a legislação eleitoral; e, a competição eleitoral.⁵

Para fins de compreensão da disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas utilizaremos elementos do referencial teórico bourdieusiano: a teoria do campo político. Segundo Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes, a utilização do pensamento sociológico de Pierre Bourdieu⁶ – o refinamento da análise referente as mediações entre sujeito e grupos sociais, as reflexões ligadas à dominação e sua reprodução, entre outras questões – contribuiu para a renovação da história política.⁷

Entendemos que a perspectiva bourdieusiana do campo político – elaborada em um contexto liberal francês – torna-se apropriada para explicar as disputas nas instâncias formais de poder em contextos democráticos. Apesar das limitações inerentes a experiência democrática brasileira, o país no período entre 1945 a 1964 estava em processo de consolidação dos partidos políticos nacionais, aperfeiçoando os mecanismos eleitorais e contava com significativa ampliação do corpo eleitoral.

Assim, concordamos com a advertência de Céli Pinto: compreendemos que a formalização encontrada na teoria desenvolvida por Bourdieu não é limite para ser aplicada em realidades como a brasileira, mas ao contrário, é um instrumento particularmente útil para decantar alguns fenômenos que se apresentam de forma bastante nebulosa.⁸

Nesse sentido, Luis Carlos dos Passos Martins esclarece que:

[...] a noção de campo não pode ser considerada como “o” objeto de análise (equivoco da ontologia dos conceitos) e sim um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais [...]⁹

De acordo com Pierre Bourdieu,

⁵ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. In: *Revista Estudios del ISHiR*. Argentina. Año 8, Número 20, 2018, pp. 53-74. Disponível em: <http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR> Acesso em: 24 de agosto de 2018.

⁶ Sobre a influência da obra de Pierre Bourdieu no trabalho dos historiadores, ver: REVEL, Jacques. Uma história que não existe?. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 76-78; BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, 76-78.

⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 64-69.

⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 226.

⁹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 26.

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher [...]¹⁰

O campo político é um espaço produtor de bens simbólicos, o qual se encontra envolvido na luta política pela definição legítima do mundo social: a construção social da realidade. A participação de uma determinada população na política depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. O campo político exerce uma censura ao limitar o universo do discurso político, pois quanto menores as possibilidades de acesso a tais instrumentos – materiais e culturais, principalmente o tempo livre e o capital cultural – maior será a concentração do capital político nas mãos de um grupo restrito, isto é, aparecendo como um monopólio de profissionais.¹¹

De acordo com Leticia Canêdo, na concepção de Bourdieu, o campo político não prevê um “corte fatal entre profissionais e profanos”, isto é, diferentemente dos campos de produção cultural e científica, não pode, pois, se libertar totalmente dos interesses sociais e dos grupos em nome dos quais a política se organiza. Os profissionais da representação agem em nome de representados que eles mesmos contribuíram para fazer existir e unificar – por exemplo, os “trabalhadores” – sendo assim, o campo político revela o conjunto de transações operadas entre esses dois lados, capazes de produzir e manter uma legitimidade na base da crença política.¹²

No Rio Grande do Sul, a organização do sistema partidário – a partir de 1945 – ocorreu da articulação das correntes de oposição e de apoio a Getúlio Vargas. Inicialmente, tanto o Partido Social Democrático (PSD) como Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) organizaram-se pró-Getúlio. A forma como se consolidou o embate entre os partidos, diferenciando-se do que ocorria em âmbito nacional, deve ser destacado como elemento da peculiaridade política sul-rio-grandense. As primeiras experiências eleitorais em relação ao executivo estadual revelaram uma intensa disputa entre pessedistas e trabalhistas. O PSD aproximou-se de outros partidos, entre os quais pode-se destacar: o Partido de Representação Popular (PRP), a União

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 164.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 165.

¹² CANÊDO, Leticia Bicalho. Campo Político. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 92.

Democrática Nacional (UDN) e, posteriormente, o Partido Libertador (PL). Ademais, o PSD secção Rio Grande do Sul tornou-se gradativamente efetiva oposição a Vargas. O produto dessas disputas gerou crescente polarização entre os blocos PTB e anti-PTB e, em consequência, uma alternância no poder ao longo do período democrático.

As eleições de 1950 foram as únicas concomitantes para governador do Estado e Presidência da República em todo o período democrático no Rio Grande do Sul. O efeito dos dois níveis emprestará um caráter extremamente particular a esta eleição no que diz respeito à articulação regional/nacional dos partidos. A presença de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República, nas eleições brasileiras de 1950, determinará uma “sobredeterminação” da conjuntura nacional sobre às clivagens regionais com efeitos em todo o território nacional.¹³

O quadro de sucessão ao Governo do Estado para as eleições de 1950 ficou assim definido: Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP), Salgado Filho (PTB-PSP-autonomistas), Edgar Schneider (PL) e Bruno de Mendonça pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas, o PTB perderia tragicamente seu candidato em acidente de aviação, ocorrido no dia 30 de julho de 1950, no município de São Francisco de Assis. Destarte, os trabalhistas necessitavam escolher um novo candidato e a Comissão Executiva Estadual, presidida por João Goulart, deliberou em favor da candidatura do ex-interventor Ernesto Dornelles, primo de Vargas, procedente do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA).¹⁴

No Rio Grande do Sul, o anticomunismo foi usado como estratégia eleitoral. Apesar de um processo vertiginoso de crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, a maior parte da população do Rio Grande do Sul vivia no meio rural e era fortemente influenciada pela Igreja Católica. As transformações socioculturais advindas da modernização da agricultura faziam com que a Igreja reagisse frente a tais mudanças, com o intuito de manter sua influência diante das populações rurais. Também, o processo de laicização - separação do Estado da Igreja - e de secularização - perda ou enfraquecimento dos valores religiosos cristãos na vida dos fiéis - fizeram com que a Igreja se manifestasse diante dessas mudanças.

A laicização e a secularização eram entendidas como causadoras dos males enfrentados pela humanidade, tais como as guerras, as injustiças, a destruição das famílias, etc. Tudo isso

¹³ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005, p. 124.

¹⁴ O PSDA era um partido? Não. Os autonomistas constituíram uma ala minoritária dentro do PSD e alguns componentes mantinham vínculos com o getulismo: manter o partido alinhado ao projeto nacional de Vargas.

seria um campo fértil para o surgimento de um mal maior: o comunismo. Portanto, justifica-se a preocupação dos políticos que, almejando a popularidade entre as comunidades rurais, deveriam afastar-se de qualquer relação que os remetesse ao comunismo.¹⁵

Segundo Carla Simone Rodeghero,

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política, por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam.¹⁶

O anticomunismo pode ser entendido como uma espécie de mescla entre oportunismo e convicções políticas. Não obstante, o que interessa é que o discurso anticomunista encontrava ressonância na sociedade sul-rio-grandense. No período entre 1945 e 1964, o anticomunismo obteve um grande grau de sucesso. A prédica anticomunista encontrava receptividade nas mentes preocupadas, que viam a iminência do advento do comunismo em qualquer movimento social ou ideia mais progressista. O “ranço anticomunista” nos círculos religiosos era forte e, na região colonial, este argumento rendia vantagens eleitorais.¹⁷

Em comício realizado no município de Santa Cruz, o candidato do PTB, Ernesto Dornelles, já alertava sobre o “espantelho do comunismo”. Evidencia-se que os partidos políticos tinham noção de que o anticomunismo podia ser usado como estratégia eleitoral eficiente para obter votos, em prejuízo dos adversários.

Prosseguindo em sua oração, disse o ilustre candidato da coligação que é preciso acabar com esse artifício de se assustar as populações menos experientes, notadamente do interior, com o comunismo, à falta de idéias para pregação, por parte dos adversários do sr. Getulio Vargas. Condenou o comunismo russo, que aniquila a personalidade humana reduzindo-a apenas à situação de máquina do Estado, criticando enérgicamente o imperialismo soviético.¹⁸

De acordo com Rodeghero,

A Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto,

¹⁵ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 136.

¹⁶ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 109.

¹⁷ RECH, Anício. *Os caminhos de uma eleição: o PTB e o discurso do candidato Michaelsen*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1998, 45-46.

¹⁸ *Diário de Notícias*, 19 de setembro de 1950, p. 2.

dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul.¹⁹

A LEC (Liga Eleitoral Católica)²⁰ publicou na imprensa escrita a nominata dos candidatos de todos os partidos que mereceriam a fidúcia e o voto dos católicos. Assim, noticiava o *Correio do Povo*: “A Liga Eleitoral Católica vai se definir sobre os candidatos aos postos eletivos em todo o país”.²¹

A Junta Estadual sul-rio-grandense da Liga Eleitoral Católica publicou um Manifesto, assinado em 26 de agosto de 1950, orientando o voto dos católicos aos candidatos que seguissem aos postulados da Igreja Católica:

São os seguintes esses postulados:

- a) Constituição promulgada em nome de Deus e instituição do Estado democrático segundo os princípios evangélicos de liberdade e justiça;
- b) Reconhecimento dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana;
- c) Defesa da Família, fundada no casamento indissolúvel com reconhecimento de efeitos civis aos casamentos religiosos e assistência as famílias numerosas;
- d) Rejeição de todo monopólio educativo e liberdade de ensino religioso facultativo nos estabelecimentos oficiais de ensino;
- e) Legislação do trabalho inspirada nos mais amplos preceitos da justiça social e nos princípios de ordem social cristã, para os trabalhadores urbanos como rurais;
- f) Preservação da propriedade individual limitada pelo bem comum, como base da autonomia pessoal e familiar;
- g) Pluralidade sindical, sem monopólio estatal nem restrições de ordem religiosa;
- h) Pluralidade partidária, com exclusão de organizações anti-democráticas;
- i) Assistência religiosa facultativa às classes armadas e aos hospitais, prisões e instituições públicas, bem assim o reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas, como equivalente ao serviço militar;
- j) Combate a todas as medidas que atentem contra os direitos, interesses e respeitabilidade do instituto da família;
- k) Promulgação de leis de amparo e proteção à natalidade, com revogação de qualquer dispositivo legal que possa de algum modo prejudicar o direito do nascituro á vida;

¹⁹ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 109.

²⁰ A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi criada em 1932 no Rio de Janeiro, por D. Sebastião Leme, objetivando mobilizar o eleitorado católico para fins de apoio aos candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja no pleito eleitoral de 1933 para a Assembleia Constituinte. O programa da LEC refletia duas questões elementares: a defesa dos direitos políticos da Igreja e a defesa de uma política de cunho social baseada nas encíclicas. Foi definido – naquele contexto – um programa mínimo o qual foi apresentado para os candidatos. Entre outros itens constava o compromisso de preservar a ordem social contra atividades subversivas. Os candidatos que se comprometessem com o programa teriam seu nome aprovado pela LEC. ABREU, Alzira Alves & outros (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 3118-3119 (Verbete Liga Eleitoral Católica).

²¹ *Correio do Povo*, 26 de julho de 1950, p. 14.

- l) Instituições de processos legais que tornem eficientes e rápidas medidas repressivas ao jogo, à divulgação da imoralidade pelos jornais, revistas, livros, cinemas, espetáculos, rádios e outros meios de publicidade, bem como aquelas que estimulem e amparem a moralidade dos costumes;
- m) Adoção de dispositivos especiais na lei eleitoral que deem ao eleitor participação mais direta na escolha dos seus representantes, permitindo-lhes maior liberdade de seleção para melhor escolha dos candidatos;
- n) Rejeição de quaisquer alianças ou acordos entre partidos políticos, atentatórios aos princípios democráticos e de ordem social cristã;
- o) Combate a toda e qualquer legislação que contraria explícita ou implicitamente, os princípios fundamentais do direito natural e da doutrina cristã.²²

A Junta Estadual sul-rio-grandense da LEC publicou a nominata dos candidatos “preferenciais” e “solidários” para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa. De acordo com o texto, a categoria denominada “preferenciais” refere-se “somente aos nomes que expressamente se comprometeram pelas reivindicações da igreja, enumeradas no Manifesto de 26 de agosto”. A “orientação ao eleitorado católico” restringe-se ao Rio Grande do Sul, pois “qualquer apreciação sobre os candidatos à presidência e a vice-presidência da República pertence à alçada da Junta Nacional da LEC”.²³ No que diz respeito ao governo estadual e a senatoria a Junta “absteve-se de considerar a categoria preferencial a respectiva agremiação, já que, em tais casos, se concentram em uma só pessoa todas as aspirações e esperanças partidárias”. Portanto, os candidatos considerados “solidários” pela Junta foram: para Governador do Estado: “Cilon Rosa, Edgar Luiz Schneider, Ernesto Dornelles” e para Senador e Suplente “Alberto Pasqualini e Anibal di Primo Beck; Decio Martins Costa e Carlos de Britto Velho; Plinio Salgado e Félix Contreiras Rodrigues”.²⁴

Dessa forma, pode-se observar o papel da Igreja Católica²⁵ por meio da imprensa escrita no que diz respeito a mobilização eleitoral. Nos primeiros anos da experiência democrática brasileira o voto não era algo naturalizado. Para Limongi (2015, p. 384) “O intenso processo de mobilização eleitoral se estende até a eleição de 1955 [...]”.²⁶

²² *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1950, p. 14.

²³ Os presidenciais pessedista e trabalhista não foram vetados pela Junta Nacional da LEC.

²⁴ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1950, p. 5.

²⁵ Douglas Souza Angeli baseado nas circulares produzidas pela Arquidiocese de Porto Alegre e analisadas por Rodeghero (1998) evidencia: “[...] o interesse da cúpula da Igreja Católica do Rio Grande do Sul na mobilização eleitoral, pois os padres foram orientados a “inculcar a obrigação dos votos” entre os católicos. Além disso, demonstra que além da imprensa, do rádio e dos comícios, havia outro meio de comunicação importante na construção de um interesse pelo voto: a missa, recurso exclusivo da Igreja [...]”. ANGELI, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 339-341.

²⁶ LIMONGLI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº. 2, 2015, p. 384.

Pode-se recorrer a Michel Offerlé para compreendermos o processo de “construção do eleitor” em torno das eleições e, em consequência, do voto. De acordo com o autor a mobilização eleitoral deve ser compreendida como resultado de um conjunto de empreendimentos políticos que buscam incitar nos possíveis eleitores um interesse pela competição política a fim de convencê-los a se tornarem eleitores e, ao mesmo tempo, dar legitimidade ao voto.²⁷

Em linhas gerais, torna-se nítida a atuação de diversos agentes – nesse caso a Igreja – permeados por interesses distintos, cuja finalidade precípua consistia na construção de um interesse pela participação política. Nas palavras de Mercedes Cánepa: “O cristianismo e a doutrina social cristã como alternativa ao comunismo e ao fascismo constituiu referência obrigatória nos discursos de todos os candidatos [...] atestando [...] a relevância da Igreja Católica [...]”.²⁸

Retornando a disputa entre os partidos, Getúlio Vargas em sua campanha eleitoral para a presidência da República havia – em discurso proferido em Caxias do Sul – criticado o PSD como um partido “essencialmente conservador, aliado dos comunistas e integralistas”.²⁹ O PSD, por sua vez, não tardou em associar o PTB ao socialismo, bem como acusar suas lideranças, sobretudo Pasqualini – candidato ao Senado – e Getúlio Vargas: “[...] Seus adeptos e doutrinadores vieram logo a público, citando em excesso as Encíclicas, na tentativa de provar que o programa trabalhista não esposava, nem por sombra, essas tendencias perigosas [...]”. A propaganda petebista insistia que Getúlio Vargas era “efetivamente adepto do socialismo” e advertia aos verdadeiros “cristãos e democratas do perigo que ronda nossa terra, ameaçando os nossos bens, nossos lares e nossa liberdade”.³⁰

Com o intuito de aproximar a figura de Vargas da Igreja Católica e afastar quaisquer insinuações de cunho comunista, na mesma edição do jornal *Correio do Povo*, a propaganda eleitoral petebista recuperava as palavras elogiosas proferidas, no ano de 1940, pelo religioso Dom Aquino Corrêa – “Arcebispo da Arquidiocese de Cuiabá” – ao então presidente Getúlio Vargas:

²⁷ OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011, p. 156.

²⁸ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005, p. 133.

²⁹ *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1950, p. 15.

³⁰ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1950, p. 11.

[...] Eu contemplo, aí, em primeiro lugar a Igreja Católica e a vejo, como nunca talvez, prestigiada pelo chefe da República, que não somente mantém com ela as melhores relações de cordialidade senão que timbra também em evocar a cada passo tradições cristãs da nossa história [...]³¹

Em 1950, às vésperas das eleições, um *a pedido*³² do PSD, foi publicado nas páginas do *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, sob o título “O Rio Grande que julgue! Com quem estão os comunistas?”. Essa propaganda relacionou os comunistas aos candidatos petebistas Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles. O primeiro era acusado de legalizar o PCB e o segundo de votar, enquanto Senador, contra a cassação dos comunistas em 1947. Além disso, o PTB era acusado de utilizar folhetos com a fotografia de Cylon Rosa e Luiz Carlos Prestes – figura exponencial do comunismo no país – como se fosse propaganda comunista e distribuí-los na zona colonial do Estado.³³

Na mesma edição do jornal *Correio do Povo*, um *a pedido*, mandado publicar por um “grupo de anticomunistas” alertava o “povo do Rio Grande do Sul” sobre a ameaça da “implantação do socialismo no Brasil”. “Colono! Fazendeiro! Industrial! Queres perder tuas terras, tuas fazendas, tuas fabricas e oficinas? [...]”. De acordo com o texto Alberto Pasqualini “[...] é o candidato dos comunistas [...] dos bolchevistas [...] Gauchos: Por amor ao Brasil, por amor aos vossos filhos, votai contra Alberto Pasqualini [...] Socialismo ou liberdade”.³⁴

O PTB, por sua vez, via *a pedido*, intitulado “ASSIM O P.T.B. TRATA OS SACERDOTES GAUCHOS”, ilustrou duas fotografias registrando a “visita” de Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles aos religiosos na igreja do município de Santa Cruz. A propaganda petebista critica as acusações do PSD: “[...] Nada mais lamentável do que a atitude dos srs. dirigentes do partido oficial [...]”. Conforme os petebistas Getúlio, Pasqualini e Dornelles: “nunca foram e nem poderiam ser impugnados pela Igreja Católica, pois está mais do que provado que o trabalhismo é a maior força de combate ao comunismo e como exemplo ai estão a Inglaterra, a Argentina e o próprio Brasil”. Também, acusa-se o candidato pessedista à Presidência da República Cristiano Machado por ter votado contra a cassação do PCB e, pelo fato, de ser irmão de um conhecido “líder vermelho”.³⁵ O texto petebista é

³¹ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1950, p. 12.

³² Publicações pagas pelos partidos ou particulares aos veículos de imprensa, cuja finalidade era – naquele contexto – a propaganda eleitoral.

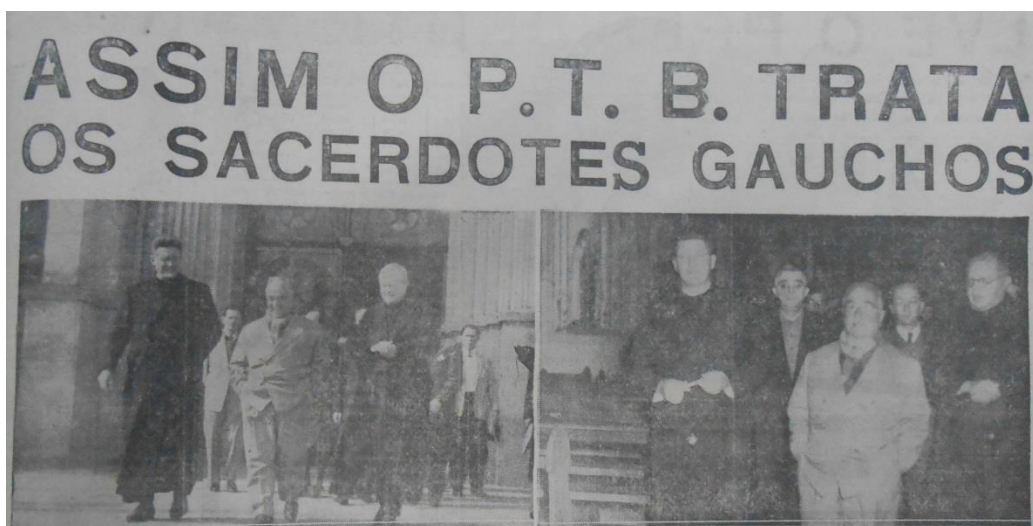
³³ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 14; *Diário de Notícias*, 1 de outubro de 1950, p. 12.

³⁴ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 28.

³⁵ O *a pedido* do PTB está se referindo a Anibal Machado (membro do PCB) irmão de Cristiano Machado. Para Cânea, quanto ao PCB “[...] acredita-se que o partido teria apoiado o candidato do PSD à Presidência. Entretanto a maioria dos analistas considera que as bases sindicais do partido não resistiram ao apelo do ‘pai dos

finalizado em tom de indagação: [...] O que é mais perigoso para a manutenção da nossa civilização cristã: A vitória do trabalhismo ou a vitória do sr. Cristiano Machado e seus adeptos de última hora?³⁶

Imagem 1 - Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles com os sacerdotes católicos.



Fonte: *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 19.

Torna-se possível identificar a produção e a divulgação de ideias-força, isto é, narrativas produzidas pelos partidos e reproduzidas nos jornais, cujo objetivo consistia na construção de representações sobre a realidade do Rio Grande do Sul. O conflito político-eleitoral deve ser entendido também como uma luta simbólica na qual os políticos profissionais e os partidos procuram monopolizar a palavra pública, impondo-a como verdadeira para o maior número de pessoas.

Consideração finais

O resultado das urnas para o pleito majoritário estadual confirmou a vitória de Ernesto Dornelles (PTB-PSP-autonomistas) com 45,85% dos votos. Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) ficou em segundo lugar com 39,47%, seguido de Edgar Schneider (PL) com 11,23% e Mendonça Lima (PSB) que obteve 0,11% dos votos.

pobres". CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005, p. 131-132.

³⁶ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 19.

A partir das análises das fontes, torna-se perceptível a lógica relacional conflitiva entre os partidos e candidatos por meio do jogo de oposições e distinções. Para Bourdieu “[...] Os partidos [...] só tem existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”.³⁷

Em relação ao anticomunismo, a campanha eleitoral do PSD e do PTB balançava-se entre a negação e a acusação concernente ao estigma vermelho, ou seja, o “comunismo”. A luta política também é simbólica, assim como a dinâmica relacional é a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro. Em outras palavras, o anticomunismo permeou a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois lados da contenda.

Também é possível identificar a influência externa sobre o campo político quando os agentes utilizam-se do anticomunismo. Ademais, os partidos buscaram legitimar-se – via propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita – como possuidores de valores “cristãos”, sobretudo, no âmbito da diferenciação de um em relação ao outro. Pode-se constatar que o anticomunismo católico foi incorporado pelos partidos. Em outras palavras, a influência externa no jogo político entre os profissionais: a relação/interação entre os campos (homologia),³⁸ nesse caso, o político e o religioso.³⁹

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 178.

³⁸ Sobre a questão da autonomia e homologia dos campos na obra de Bourdieu, ver: MAUGER, Gérard. *Autonomia e Homologia dos campos*. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 45-48.

³⁹ “O texto de Pierre Bourdieu sobre o campo religioso, inspirado nos estudos sobre religião de Max Weber, constitui uma primeira elaboração do conceito que, juntamente com aquele de *habitus*, sustenta a estrutura do pensamento sociológico desse autor [...] Em uma sociedade dividida em classes, os sistemas religiosos próprios às diferentes classes contribuem para a reprodução da ordem social, na medida em que a consagra, sanciona e sacraliza, justificando a hegemonia das classes dominantes e impondo aos dominados a legitimação da dominação. Dissimulando em seus símbolos que a dominação é a arbitrária, bem como as formas pelas quais se opera, a religião reforça o *ethos* da resignação e da renúncia associado às condições de existência dominada. A crença na eficácia simbólica da religião exige que o interesse político que a determina seja mantido velado e apresentado como unidade aparente, tanto para os profanos quanto para os especialistas religiosos. Dentro do próprio campo religioso, os diferentes agentes (indivíduos ou grupos) que disputam posições na estrutura das relações de força podem lançar mão do capital religioso na concorrência pela hegemonia, dominação ou monopólio dos bens de salvação. Tal monopólio garante aos agentes o exercício legítimo do poder religioso, ou seja, o poder de influenciar de forma duradoura as representações e práticas de leigos, inculcando neles um *habitus* religioso que passa a ser princípio gerador de pensamentos, percepções e ações, em concordância com as normas de uma representação religiosa do mundo que é ajustada a uma determinada visão política de mundo social. O capital de autoridade de que dispõe um agente religioso se associa diretamente à força material e simbólica dos grupos ou classes que ele pode mobilizar, oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos e políticos [...]”. LOYOLA, Maria Andréa. *Campo religioso*. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 93-95.

Nos *a pedidos* analisados pode-se afirmar que tanto pessedistas como trabalhistas por meio de uma luta simbólica procuraram convencer o eleitorado de serem portadores de valores cristãos, bem como democráticos e, ao mesmo tempo, buscaram desqualificar o outro. Destarte, o contexto da Guerra Fria e o perfil anticomunista – principalmente católico – da população sul-rio-grandense, assim como o novo período institucional – a democratização – forjaram as propagandas eleitorais dos partidos e o discurso dos candidatos.

Por fim, ao observar a atuação da LEC nas eleições e a campanha eleitoral dos partidos identifica-se a interação de agentes de campos distintos: o religioso e o político. De um lado, a LEC atuando praticamente como um partido político. De outro, os partidos e candidatos utilizando-se dos discursos produzidos pela Igreja Católica.

FONTES

Correio do Povo

Correio do Povo, 26 de julho de 1950, p. 14.

Correio do Povo, 27 de agosto de 1950, p. 14.

Correio do Povo, 15 de setembro de 1950, p. 5.

Correio do Povo, 24 de setembro de 1950, p. 15.

Correio do Povo, 30 de setembro de 1950, p. 11.

Correio do Povo, 30 de setembro de 1950, p. 12.

Correio do Povo, 1 de outubro de 1950, p. 14

Correio do Povo, 1 de outubro de 1950, p. 19.

Correio do Povo, 1 de outubro de 1950, p. 28.

Diário de Notícias

Diário de Notícias, 19 de setembro de 1950, p. 2.

Diário de Notícias, 1 de outubro de 1950, p. 12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, _____. Alzira Alves & outros (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 3118-3119 (Verbete Liga Eleitoral Católica).
- ANGELI, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 335-354.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Campo Político. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 90-93.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005.
- CARNEIRO, Glaucio. *Brasil primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. In: *Revista Estudios del ISHiR*. Argentina. Año 8, Número 20, 2018, pp. 53-74. Disponível em: <<http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR>> Acesso em: 24 de agosto de 2018.
- LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº. 2, 2015, p. 371-400.
- LOYOLA, Maria Andréa. Campo religioso. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 93-95.
- LUCA, Tania Regina De. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 19-32.

_____. Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 53-74.

MAUGER, Gérard. Autonomia e Homologia dos campos. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 45-48.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2009.

OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-227.

RECH, Anício. *Os caminhos de uma eleição: o PTB e o discurso do candidato Michaelsen*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1998.

REVEL, Jacques. Uma história que não existe?. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo: dos anos 1930 à atualidade. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4, p. 355-398.